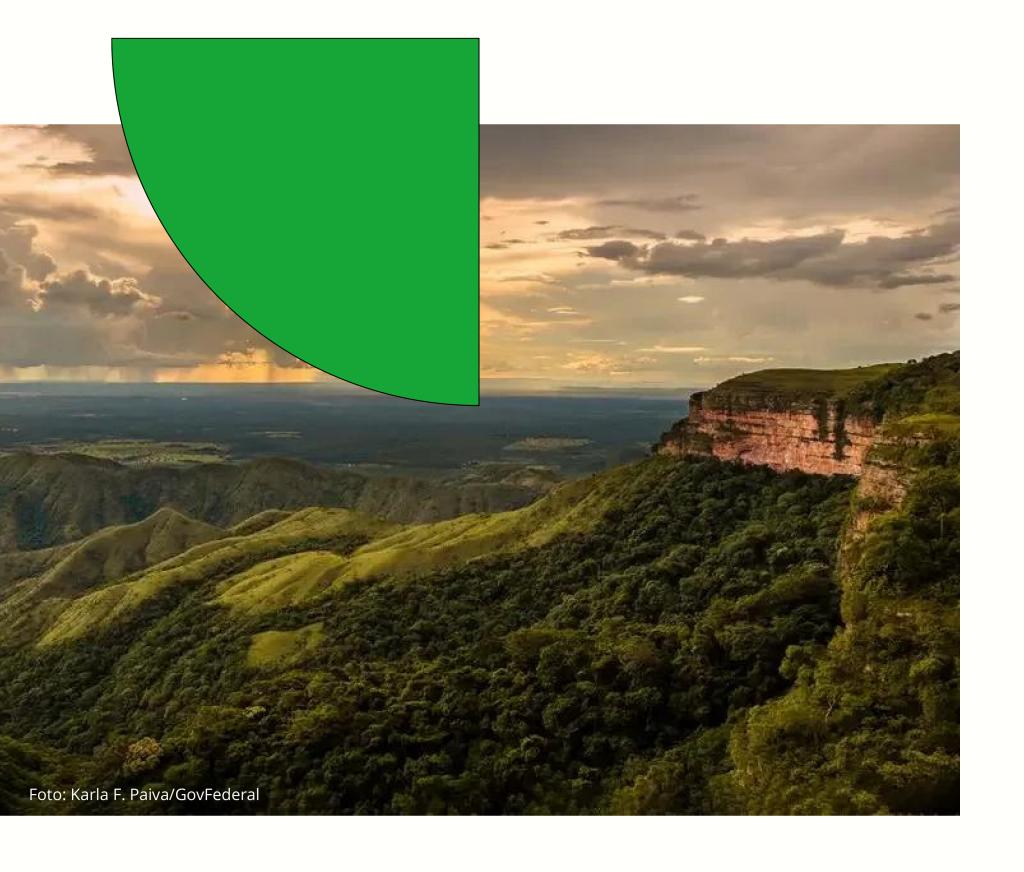
ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA

PL 3.649/23





A Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (**Rede Pró-UC**), o Observatório Socioambiental de Mato Grosso (**Observa-MT**) e o Instituto Democracia e Sustentabilidade (**IDS**) analisaram o Projeto de Lei nº 3.649/2023, que trata da estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.







Pontos de atenção:

- UCs estaduais sob ameaça
- Não cumpriu acordo com o ICMBio
- Governo pode recorrer a outros mecanismos legais
- Falta de clareza
- Inviabilidade Jurídica
- Manobra Legislativa





UCs estaduais sob ameaça

- UCs no entorno do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães
- Parques Cristalino 1 e 2
- Parque Serra do Ricardo Franco
- PEC das UCs





Governo não cumpriu acordo de Cooperação com o ICMBio

Em 2021, o governo firmou Acordo de Cooperação nº 38/2021 para revitalizar trilhas, implantar novas infraestruturas no complexo do Véu da Noiva e no atrativo Portão do Inferno. Mas o prazo expirou e as obras não foram realizadas.



Manobra Legislativa

PL não terá constitucionalidade analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



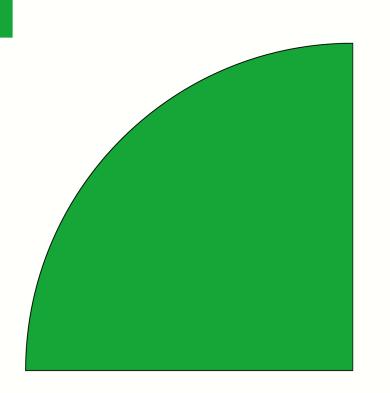
Inviabilidade jurídica

 Representa ruptura direta do Parna Chapada dos Guimarães do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00);

A transferência causaria interferências diretas no pacto federativo;

 Constitucionalmente, a administração da UC compete ao ente federativo que a criou;





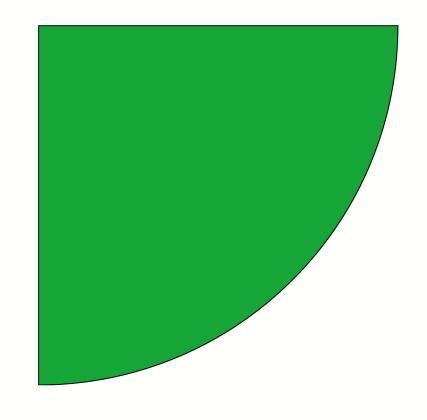
Falta de clareza

Não especifica onde será aplicado o valor de R\$ 66 milhões anuais no período de três anos;

Diante do interesse, o governo de MT pode recorrer a outros mecanismos

No último processo de licitação para concessão, Participou da concorrência, mas foi desclassificado pela perda de prazo procedimental.

Mas pode aproveitar nova chance, já que o certame foi reaberto



Obrigada!

Edilene do Amaral observamt@gmail.com

